

Caldas do Gerês (Portugal) - Lobios (Galiza) 23-24-25 Novembro/Noviembre 2006

2^{as} jornadas da Rede Ibérica da Carta Europeia de TURISMO SUSTENTÁVEL

II jornadas de la Red Ibérica de la Carta Europea de TURISMO SOSTENIBLE

Organizadas por:



Colaboram / Colaboran:



Financiamento / Financiamiento:



DOCUMENTO DE TRABALHO

Grupo de trabalho 2

ÁREAS PROTEGIDAS EM PROCESSO DE ADEÇÃO À CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL

PROGRAMA:

Quinta-feira, 23 de Novembro:

- 10:00 -13:00 h Composição e Funcionamento do Fórum da CETS
- 14:30 -16:00 h Elaboração e Acompanhamento do Plano de Acção
- 16:15 -18:30 h Possibilidades de financiamento

Sexta-feira, 24 de Novembro:

- 10:00 -11:30 h Acordo sobre as conclusões do Grupo de Trabalho

I – COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FÓRUM DA CETS (10:00 – 13:00 H)

- Apresentação: exemplos em Espanha - Amanda Guzmán (15 minutos)
- Apresentação: exemplo do Parque Nacional da Peneda-Gerês - Carla Rodrigues (15 minutos)
- Apresentação: metodologia de participação em La Gomera - Cristina Molina (15 minutos)

A CETS é um método e um compromisso voluntário para a aplicação dos princípios do turismo sustentável. A sua função principal é a de orientar os gestores das áreas protegidas e os restantes actores locais (administração local e central, sector turístico, entre outros) na definição da estratégia de desenvolvimento para o território implicado, através de uma forma participada. Este carácter participativo é o elemento essencial da CETS.

Aderir à CETS significa, portanto, adoptar um método de trabalho baseado no princípio da colaboração. Para tal a Carta recomenda que se estabeleça um Fórum permanente (estrutura de trabalho em parceria), formal ou informal, no qual participem os gestores das áreas protegidas, a administração local e central, os empresários turísticos e restantes actores que devem ser implicados e chamados a participar no processo de desenvolvimento do turismo sustentável no território visado.

Mais do que um instrumento de planeamento, a Carta deve ser entendida e aproveitada como uma oportunidade para criar ou consolidar uma estrutura permanente de diálogo entre as partes implicadas, com vista a promover uma maior participação, envolvimento, concertação e também uma maior co-responsabilidade na definição e na implementação da estratégia local de desenvolvimento do turismo sustentável.

O êxito da CETS depende, em grande medida, da capacidade dos gestores das AP para conseguir envolver e implicar o sector turístico e restantes actores locais e para promover as relações de cumplicidade entre todos, em benefício da concertação, da decisão partilhada e da co-responsabilidade no planeamento e na gestão do turismo no seu território.

Existem vários exemplos de fórum, mais ou menos equivalentes na sua principal função, mas que, naturalmente, apresentam uma estrutura (composição) e formas de funcionamento adaptadas à realidade e aos recursos de cada território ou área protegida.

Os objectivos deste tema são:

- Analisar e debater a importância do Fórum da CETS e a participação efectiva dos empresários (sector turístico) e outros actores locais. Para tal, será apresentada a experiência de algumas áreas protegidas aderentes (exemplos práticos de funcionamento do Fórum).
- Analisar o ponto de situação do Fórum nas áreas protegidas em processo de adesão (se já está constituído, qual a sua composição, regularidade e eficácia das reuniões, que debilidades ou problemas são apontados, etc.).
- Identificar os pontos comuns nos casos apresentados (quer das áreas protegidas aderentes quer das que se encontram em processo de adesão e que já têm constituído o Fórum ou já estejam a trabalhar para isso) e
- apresentar conclusões, recomendações ou propostas de actuação aprovadas em consenso pelo grupo de trabalho.

Para que o tema seja suficientemente explorado e os objectivos atingidos, **é conveniente que os participantes venham preparados para poderem apresentar ao grupo a sua experiência ou opinião sobre as seguintes questões-chave:**

- Qual a situação do Fórum nas áreas protegidas em processo de adesão? Que opções foram escolhidas (ou estão a ser pensadas) para o Fórum (composição, funcionamento, metodologias de participação, etc.)?
- Que problemas ou dificuldades têm encontrado (ou se perspectivam) relativamente à opção escolhida? Que recursos estão (ou pensam vir a ser) afectados à estrutura do Fórum? São suficientes?
- Consideram que a existência do Fórum é essencial para o processo de desenvolvimento e implementação da CETS no vosso território? Porquê?

Ao longo das II Jornadas, **pretende-se também que os participantes do Grupo 2 respondam às seguintes questões:**

- Depois de identificar os aspectos comuns entre os vários tipos de Fórum abordados (entre as experiências apresentadas pelas áreas protegidas aderentes e os casos das que se encontram em processo de adesão), consideram que é possível criar um “modelo de Fórum” (sem prejuízo de ter de ser flexível e adaptável às diferentes realidades)? Que vantagens apresenta o “modelo de Fórum” encontrado? Qual a sua composição mínima, como deve funcionar?

- A Rede Ibérica também pode ser considerada uma estrutura equivalente a um fórum. Como podemos aproveitar este fórum em benefício do Fórum da CETS de cada área protegida? Qual o papel da Rede Ibérica da CETS?
- Que conclusões podemos tirar dos assuntos debatidos neste tema? Que recomendações ou actuações devemos propor?

II – ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE ACÇÃO (14:30 – 16:00 H)

- Apresentação: exemplos e actuações na Andaluzia - Juan Carlos Muñoz (15 minutos)
- Apresentação: exemplo e actuações no Parque Nacional da Peneda-Gerês - Carla Rodrigues (15 minutos)
- Apresentação: exemplo do Parque Natural ZV la Garrotxa - Josep Maria Prats (15 minutos)

Quando uma área protegida toma a decisão de avançar com o processo de candidatura à CETS compromete-se a definir uma estratégia de actuação, a médio prazo (5 anos), que favoreça o desenvolvimento turístico sustentável no território.

Depois de estabelecer a estratégia para o território, há que apresentá-la sob a forma de um plano de acção que identifica as actuações que já foram realizadas e outras que devem ser implementadas para alcançar os objectivos estratégicos.

As acções são estabelecidas segundo uma ordem de prioridades no tempo (o que é mais urgente implementar e quando se implementa) e no espaço (onde se implementa). Quando se identifica uma acção é importante estabelecer as responsabilidades na sua execução (quem implementa?), designar os meios disponíveis (como, com que meios se implementa) e identificar os métodos que devem ser aplicados para acompanhar e avaliar a implementação da acção e dos seus resultados.

A elaboração do plano de acção corresponde à fase final de todo o processo de tramitação da candidatura à CETS, que mais não é que um processo clássico de planeamento estratégico aplicado ao turismo sustentável. Num processo de planeamento estratégico há que, em primeiro lugar, fazer uma avaliação diagnóstica do território em causa (diagnóstico do território); depois, em função das necessidades e oportunidades diagnosticadas, há que definir os objectivos segundo uma ordem de prioridades e estabelecer a estratégia de desenvolvimento adequada para alcançar os referidos objectivos (objectivos e estratégia de desenvolvimento) e, finalmente, há que elaborar o plano que irá orientar a implementação das acções necessárias para alcançar os objectivos definidos na estratégia (plano de acção ou programa de actuação). Todo este processo deve ser desenvolvido de uma forma participada, sob pena de falhar um dos aspectos mais valorizados em qualquer forma de planeamento estratégico que é a participação pública (envolvimento dos *stakeholders*).

O objectivo neste tema é analisar alguns exemplos de planos de acção de áreas protegidas já aderentes à CETS, discutir sobre as suas características, metodologia de elaboração, formas implementação e de acompanhamento, problemas na fase de implementação e financiamento do plano. Pretende-se, ainda, que as áreas protegidas em processo de adesão que já iniciaram a elaboração do seu plano de acção tenham oportunidade de apresentar a sua experiência, as dificuldades, as dúvidas, etc.

Os objectivos deste tema são:

- Apresentar a experiência de algumas áreas protegidas aderentes (exemplos práticos de Planos de Acção), discutir as características dos Planos de Acção apresentados (metodologia de elaboração, formas implementação e de acompanhamento, problemas na fase de implementação, financiamento do plano, etc.).
- Analisar o ponto de situação do Plano de Acção nas áreas protegidas em processo de adesão (se já está a ser elaborado e que método seguiram, que mecanismos de controle/acompanhamento estão a ser pensados, que problemas têm surgido, etc.).
- Identificar os pontos comuns dos casos expostos (quer das áreas protegidas aderentes quer das que se encontram em processo de adesão e que já estejam na fase de elaboração do Plano de Acção) e
- apresentar conclusões, recomendações ou propostas de actuação aprovadas em consenso pelo grupo de trabalho.

Para que o tema seja suficientemente explorado e os objectivos atingidos, **é conveniente que os participantes venham preparados para poderem apresentar ao grupo a sua experiência ou opinião sobre as seguintes questões-chave:**

- Em que ponto se apresentam os diferentes Planos de Acção (ponto de situação de cada PA das áreas protegidas/territórios representados)? Qual a metodologia que está a ser seguida (ou pensada)? Como se relaciona o Plano de Acção com as opções tomadas (ou pensadas) para o Fórum da CETS (relacionar o PA com o tema do Fórum)?
- O que pensam (perspectivas) sobre a implementação de um Plano de Acção para 5 anos? De que forma está a ser pensada a coordenação da implementação e da avaliação do Plano de Acção? Que dificuldades e limitações esperam encontrar? Como financiar o Plano de Acção?

Ao longo das II Jornadas, **pretende-se também que os participantes do Grupo 2 respondam às seguintes questões:**

- Que aspectos podem ser destacados dos exemplos de planos de acção apresentados? Quais os aspectos comuns (principais dificuldades apontadas, formas implementação e de acompanhamento, problemas na fase de implementação, financiamento do plano)?
- Que conclusões podemos tirar dos assuntos debatidos neste tema? Que recomendações ou actuações devemos propor?
- Qual o papel da Rede Ibérica (o que podemos propor ao nível da RI)?

III – POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO (14:30 – 16:00 H)

- Apresentação: exemplo de projectos de parceria – Sónia Almeida, ADERE-PG (15 minutos)

Para além de outras vantagens, a adesão à CETS permite que a área protegida signatária reforce a capacidade do seu território e respectivos investidores de captar maior volume de apoio junto das entidades e programas de financiamento.

A adesão à CETS pode ser uma oportunidade para as áreas protegidas e restantes entidades cooperantes argumentarem que as propostas de actuação para o desenvolvimento do turismo sustentável do território não são avulsas ou oportunistas, mas antes assentes num processo de planeamento rigoroso e participado, formalizado através de um plano de acção para 5 anos, e, como isso, criar um factor competitivo que lhes permita algum “favorecimento” no aproveitamento das linhas de financiamento da EU.

O INTERREG, LEADER +, LIFE e EQUAL são exemplos de instrumentos de financiamento comunitário que têm sido aproveitados para implementar projectos relacionados com a CETS. Alguns desses projectos foram desenvolvidos em parceria, nacional e transnacional.

Dentro dos projectos comunitários, os projectos transnacionais revelam-se, muitas vezes, de difícil implementação. Por esse motivo, e aproveitando a presença de várias entidades com experiência em projectos comunitários transnacionais (designadamente as associações de desenvolvimento local), considerou-se que estas II Jornadas podem ser uma oportunidade para debater as dificuldades e apresentar propostas para projectos conjuntos.

No momento actual de final de quadro comunitário de apoio é prematuro discutir as possibilidades de financiamento que podem ser aproveitadas para que os territórios aderentes ou em fase de adesão à CETS ponham em marcha a sua estratégia de turismo sustentável, sobretudo quando as actuações estão muito dependentes de financiamento comunitário. De qualquer forma, é possível discutir sobre

exemplos de projectos que se podem perspectivar como de interesse para os territórios que estão a trabalhar na CETS (tipo de projectos, objectivos, actuações, parceiros e colaboradores, etc.).

Os objectivos deste tema são:

- Analisar exemplos de projectos de desenvolvimento realizados em parceria (nacional ou transnacional).
- Apresentar propostas de projectos conjuntos e analisar as possibilidades de financiamento.

Para que o tema seja suficientemente explorado e os objectivos atingidos, **é conveniente que os participantes venham preparados para poderem apresentar ao grupo a sua experiência ou opinião sobre as seguintes questões-chave:**

- Que experiências têm as diferentes entidades representadas neste grupo relativamente ao desenvolvimento de projectos de parceria e de cooperação transnacional? Que aspectos destacam deste tipo de projectos (natureza dos projectos, vantagens, desvantagens, dificuldades, etc.)?
- Qual o papel da Rede Ibérica (o que podemos propor ao nível da RI)?

Ao longo das II Jornadas, **pretende-se também que os participantes do Grupo 2 respondam às seguintes questões:**

- Que actuações podemos propor para melhorar a comunicação entre as diferentes entidades nacionais e ibéricas (áreas protegidas, grupos de desenvolvimento local, entre outras), criando um circuito de relações/comunicação que beneficie as oportunidades para por em marcha projectos comuns?
- Que tipo de projectos de actuação comuns (num contexto nacional ou ibérico) podem ser propostos (objecto, linha de financiamento, parceria, etc)?